



61

MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINARIA REALIZADA NO DIA
06 DE AGOSTO DE 2019

N.º 17/2019

PRESIDÊNCIA: Dr. Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, José Manuel Moreira Lopes, Prof.
Urbano Salgueiro Vidal e Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles. -

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Não Houve. -----

SECRETARIOU: António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. -----

HORA DE ABERTURA: 10:30. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não Houve. -----

LOCAL DA REUNIÃO: Sala de Reuniões dos Paços do Município. -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada no final da respetiva reunião. -----



SUMÁRIO	Pág.
I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA	
1 – Informação Prestada ao Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles	4
2 – Pedidos de Informações e Esclarecimento, apresentação de Proposta e Declaração, do Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles.....	5
II – ORDEM DO DIA	
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
1 – Recrutamento de Trabalhadores: – Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo (Tempo Parcial) – Técnicos para as Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC)	7
2 – Protocolo de Condições de Contratação e Funcionamento das Equipas de Intervenção Permanente – Ratificação do Protocolo.....	11
DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS	
3 – Delegação de Competências – Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado.....	12
Tesouraria	
4 – Resumo dos Fluxos de Caixa de 12 de julho a 01 de agosto de 2019.....	13
DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA	
5 – Delegação de Competências – Informação do Senhor Vereador em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes	13
6 – Caminho Português Interior de Santiago – Constituição de Agrupamento de Entidades Adjudicantes para Contratação das Ações Comuns no Âmbito da Candidatura “Valorização dos Caminhos de Santiago”.....	14

**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA,
DESPORTO, AÇÃO SOCIAL E TURISMO**

Serviços da Educação

- 7 – Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) 2019/2020 – Aprovação da Minuta do Protocolo a Celebrar entre o Município e o Agrupamento de Escolas de Santa Marta de Penaguião..... 15

Serviços do Desporto

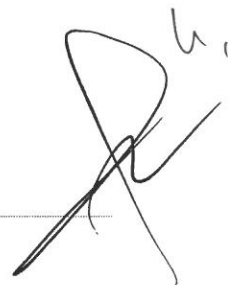
- 8 – Associação de Caça e Pesca de Santa Marta de Penaguião – Atribuição de Subsídio..... 17

Serviço de Ação Social

- 9 – Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fontes – Defesa da Floresta Contra Incêndios – Vigilância Motorizada – Pedido de Participação Financeira..... 17

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

- 10 – Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião 19



I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Informação Prestada ao Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles

----- 1 – Relativamente ao pedido de documentos apresentado pelo Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles, no período “antes da ordem do dia” na reunião ordinária de 02 de julho de 2019, sobre o “Espaço Convívio de Mafómedes” os Serviços da Divisão de Coordenação Técnica, Planeamento e Gestão Urbana, emitiram informação com o seguinte teor:

----- “Na resposta ao pedido do Exmo. Sr. Daniel Joaquim Andrade Teles, Vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião em regime de não permanência e sem pelouros atribuídos, eleito nas listas do PPD/PSD formulado através de declaração do período antes da ordem do dia datada de 2 de julho, do corrente ano, onde solicita que lhe seja facultado o estudo de acessibilidade e respetivo dimensionamento métrico do Espaço Convívio de Mafómedes, esclareço que a informação solicitada *in casu* se reconduz às infra anotadas premissas, -----

----- O citado projeto cumpre as normas regulamentares em vigor sobre a matéria, mais concretamente, no que diz respeito à garantia do *Percurso Acessível*, exigência impreterível do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto e ulteriores alterações. A informação supra, pode ser corroborada através da consulta ao projeto, mais especificamente a memória descritiva e peça desenhada 7, cfr fls. 107 e 118, respetivamente; -----

----- Finalmente e no que se prende com aprovação do projeto de Execução, o órgão competente para a aprovação é o que tem competência para decisão de contratar, como dispõe a alínea f) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, neste caso em concreto, o Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal.” -----

----- Técnico Superior, Arq. Paulo Pinto. -----

----- Ass: Paulo Ricardo Guedes Pinto.” -----

**Pedidos de Informações e Esclarecimento, apresentação
de Proposta e Declaração, do Senhor Vereador do
PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles**

----- 2 – O Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles, apresentou documento com o seguinte teor: -----

----- “ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- Daniel Joaquim Andrade Teles, vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, eleito pelo Partido Social Democrata (PPD/PSD), nos termos do Estatuto do Direito de Oposição e ao Regimento da Câmara Municipal, em vigor, vem declarar e requerer o seguinte: -----

----- “PONTO UM – PEDIDO DE INFORMAÇÕES -----

----- Tive conhecimento que foi transferido o serviço de Unidade de Cuidados na Comunidade, sediado no Centro de Saúde de Santa Marta de Penaguião, para o Centro de Saúde de Peso da Régua. -----

----- O nosso concelho caracteriza-se por uma população cada vez mais envelhecida, mais vulnerável e dispersa, com falta de transportes, e por isso sou da opinião que necessita realmente deste serviço público de proximidade, bem como outros serviços similares. -----

----- cremos tratar-se de uma decisão política, assumida pela ACES Douro I (Marão e Douro Norte), para nós é inaceitável que os nossos munícipes fiquem privados, mesmo que provisoriamente deste serviço, que foi agora deslocalizado, pois obrigará muitos munícipes a deslocarem-se ao concelho vizinho. -----

----- Como todos sabem em concelhos pequenos do interior os serviços públicos são essenciais e fundamentais para sustentarem políticas de proximidade com a população, geradores de coesão territorial e até mesmo a fixação de recursos humanos. -----

----- Coloco ao senhor Presidente da Câmara as seguintes questões: -----

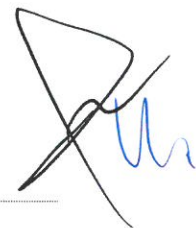
----- Se concorda com a decisão? -----

----- Esta decisão é temporária ou definitiva? -----

----- Quais os motivos que fundamentaram esta decisão? -----

----- Se irá diligenciar os esforços necessários para reverter a decisão? -----

----- PONTO DOIS – PEDIDO DE INFORMAÇÕES E PROPOSTA -----



----- Questiono o Senhor Presidente da Câmara se ocorreu recentemente uma avaria na elevatória da rede de esgotos de Fiolhais, tendo como consequência uma descarga de esgotos no Rio Aguilhão? -----

----- A ser verdade, e por não ser celibatária, e apesar de estar a constituir-se uma empresa intermunicipal para gerir este setor, proponho que seja feito um estudo para o traçado de uma conduta coletora de esgotos, por gravidade, que ligue a rede de Fiolhais à Estação de Tratamento de esgotos localizada em Fornelos, de modo a proteger o ambiente e proteger o parque de lazer fluvial definitivamente deste problema. -----

----- PONTO TRÊS – PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS -----

----- Tendo dado conta que passou num programa da TVI, um assunto que envolveu o Município de Santa Marta de Penaguião e o Senhor Presidente da Câmara, venho solicitar explicações ao Senhor Presidente da Câmara sobre o sucedido. -----

----- PONTO QUATRO – DECLARAÇÃO -----

----- Informo esta Câmara Municipal por uma questão de agenda, que nas próximas reuniões do executivo farei uma declaração política, bem como a apresentação de propostas relativas à Semana Cultural, como forma de contributo para as próximas edições. -----

----- Paços do Concelho e Santa Marta de Penaguião, 06 de agosto de 2019. -----

----- O vereador, Daniel Joaquim Andrade Teles. -----

----- Ass: Daniel Teles." -----

----- Relativamente ao ponto um – (Pedido de Informações), o Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, informou o Senhor Vereador, Arq.º Daniel Teles, que, sobre este assunto, se encontra publicitado na página eletrónica do Município um esclarecimento à população de Santa Marta de Penaguião, prestado pelo Exmo. Senhor Diretor Executivo do ACES Douro I – Marão e Douro Norte, que dá resposta às questões colocadas pelo Senhor Vereador. No entanto, caso ainda lhe subsistam dúvidas, disse que está ao inteiro dispor para prestar os esclarecimentos adicionais que entenda por bem fazer. -----

----- Quanto ao Ponto dois – (Pedido de Informações e Proposta), o Senhor Presidente da Câmara referiu que em relação às descargas desconhecia qualquer avaria que tenha surgido, mas que irá solicitar aos serviços a devida informação. -----

---- Sobre o estudo para o traçado de uma conduta coletora de esgotos, por gravidade, que ligue



a rede de Fiolhais à Estação de Tratamento de esgotos localizada em Fornelos, de modo a proteger o ambiente e proteger o parque de lazer fluvial, o Senhor Presidente da Câmara referiu que essa solução já foi, por si, apresentada quando desempenhava funções de Vereador ao tempo da construção daquela estação elevatória, pela empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro. ----- Sobre o Ponto três – (Pedido de Esclarecimentos), referente ao programa da TVI, o Senhor Presidente da Câmara disse que o assunto iria ser apreciado e analisado, após o que prestará os esclarecimentos solicitados. -----

II – ORDEM DO DIA

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Recrutamento de Trabalhadores: – Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo (Tempo Parcial) – Técnicos para as Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC)

----- 1 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “O artigo 23.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que aprovou o regime jurídico das autarquias locais, estabelece que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente no domínio da educação. -----

----- Por sua vez, o Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de Julho, que define os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos dos ensinos básico e secundário, da avaliação dos conhecimentos a adquirir e das capacidades a desenvolver pelos alunos e do processo de desenvolvimento do currículo dos ensinos básico e secundário, consagra no seu artigo 6.º que “o *curriculum visa garantir que todos os alunos, independentemente da oferta educativa e formativa que frequentam, alcançam as competências definidas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*”, sendo que para esta finalidade, a conceção do mesmo está subjacente, para além de outros, o princípio da oferta de atividades de enriquecimento curricular no ensino básico, com natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural. -----



----- Quanto às atividades complementares de ação educativa no ensino básico, o Município de Santa Marta de Penaguião assumiu com o Ministério da Educação a implementação das Atividades de Enriquecimento Curricular, por força da assinatura com aquele Ministério do contrato de transferência de competências em matéria de educação ao abrigo do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de Julho e suas posteriores alterações, mantido em vigor conforme o estabelecido no artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de Janeiro, até à plena produção de efeitos deste último Decreto-Lei e regulada no artigo 75.º do mesmo diploma. -----

----- A continuação das atividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico é da maior importância, sendo que os tempos de permanência na escola são pedagogicamente ricos e complementares nas aprendizagens associadas à aquisição das competências básicas, contribuindo, ainda, para o desenvolvimento das crianças do Concelho e consequentemente para o seu sucesso escolar. -----

----- Neste contexto, no estrito respeito pela legislação e competências do Município e na prossecução de princípios de igualdade de oportunidades, a Câmara Municipal deverá, ao abrigo da alínea b) do artigo 13.º, da Portaria n.º 644-A/2015, publicada na 2ª série do Diário da República, n.º 164, de 24 de Agosto e do contrato de execução de transferência de competências celebrado entre o Município e o Ministério da Educação, continuar com as atividades de carácter facultativo e de natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural que incidam, nomeadamente, nos domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia na educação (AEC). -----

----- O n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 212/2009, de 3 de Setembro que estabelece o regime aplicável à contratação de técnicos para as AEC, no 1.º ciclo do ensino básico, estipula que "*para assegurar necessidades temporárias de serviço no âmbito das AEC, os municípios celebram contratos de trabalho a termo resolutivo, a tempo integral ou parcial, com técnicos especialmente habilitados para o efeito*". -----

----- Assim, a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho, estabelece no seu artigo 30.º que o órgão ou serviço pode promover o recrutamento dos trabalhadores necessários ao preenchimento dos postos de trabalho previstos no mapa de pessoal, sendo que nos termos dos n.ºs 2 e 3 do mesmo artigo esse recrutamento deve ser feito por tempo indeterminado ou a termo, consoante a natureza permanente ou



transitória da atividade, tal como consta do mapa de pessoal e é restrito aos trabalhadores detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado. -----

----- Também mediante procedimento concursal, o órgão ou serviço pode, ainda, recrutar trabalhadores com vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público, a que possam concorrer os trabalhadores com e sem vínculo de emprego público, de acordo com o n.º 4 do referido artigo, na sua atual redação. -----

----- A Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, na sua atual redação, que aprovou um conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental que visavam reforçar e acelerar a redução de défice excessivo e o controlo do crescimento da dívida pública, estabelece no seu artigo 10.º que o recrutamento, nas autarquias locais, depende da verificação dos seguintes requisitos cumulativos: -----

- i) Fundamentação na existência de relevante interesse público no recrutamento, ponderada a eventual carência dos recursos humanos no sector de atividade a que se destina o recrutamento bem como a evolução global dos recursos humanos do município em que o serviço se integra; e -----
- ii) Impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho em causa por recurso a pessoal colocado em situação de "valorização profissional" ou outros instrumentos de mobilidade.

----- No entanto, dispõe o n.º 8 do supracitado artigo 10.º que as necessidades de recrutamento de pessoal resultante do exercício de atividades advenientes da transferência de competências da administração central para a administração local no domínio da educação não estão sujeitas à verificação do requisito do ponto ii) antes referido. -----

----- Nas autarquias locais, o recrutamento a que se refere o n.º 1 do artigo 30.º da LTFP, dos trabalhadores necessários ao preenchimento dos postos de trabalho previstos no mapa de pessoal, para ocupar os postos de trabalho em causa, deve ser precedido de aprovação do órgão executivo, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro e n.º 3 do artigo 10.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho. -----

----- Nos termos expostos e considerando que: -----

----- 1.- Os factos acima descritos fundamentam ser imprescindível o recrutamento, tendo em vista assegurar o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público, subjacente às necessidades de recrutamento dos postos de trabalho para o desempenho das funções referidas;

----- 2.- O Município de Santa Marta de Penaguião assumiu com o Ministério da Educação a implementação das Atividades de Enriquecimento Curricular, por força da assinatura com aquele Ministério do contrato de transferência de competências em matéria de educação ao abrigo do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de Julho e suas posteriores alterações; -----

----- 3.- O Município, de acordo com o constante do Relatório de Gestão de 2018, cumpriu com as regras de equilíbrio orçamental, bem como com os limites de endividamento, e que a contratação dos trabalhadores para o exercício das funções relacionadas com as atividades referidas não coloca em causa aqueles princípios, uma vez que a despesa que daí resulta está provisionada no respetivo orçamento, não se encontrando na situação prevista nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 58.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, na sua atual redação; -----

----- 4.- O recrutamento para os técnicos das atividades de enriquecimento curricular será adotado o regime aprovado pelo Decreto-Lei n.º 212/2009, de 3 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 169/2015, de 24 de Agosto e Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de Agosto; -----

----- 5.- Do mapa de pessoal aprovado para 2019, se encontram previstos os postos de trabalho em causa, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo (a tempo parcial), cujas despesas destinadas a suportar os encargos com as suas remunerações se encontram orçamentadas, cabimentadas e comprometidas (compromisso n.º 69/2019). -----

----- 6.- Propõe-se, caso mereça a concordância de V.Ex.^a, que o assunto seja presente à próxima reunião da Câmara Municipal, com vista a que ao abrigo e nos termos das disposições legais acima mencionadas, delibere aprovar o recrutamento de até nove trabalhadores para ocupação dos correspondentes postos de trabalho previstos no mapa de pessoal, para a realização das atividades educativas e formativas no âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular, mediante a abertura do procedimento concursal comum na modalidade de relação jurídica de emprego público a termo resolutivo certo a tempo parcial, pelo período de um ano letivo (2019/2020).” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a abertura do procedimento concursal comum na modalidade de relação jurídica de emprego público a termo resolutivo certo a tempo parcial, pelo período de um ano letivo (2019/2020), para o recrutamento de até nove técnicos para a realização das atividades educativas e formativas no âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular, nos termos da informação.** -----



**Protocolo de Condições de Contratação e
Funcionamento das Equipas de Intervenção
Permanente – Ratificação do Protocolo**

----- 2 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “Considerando que o nº 5 do artigo 17º do Decreto-Lei nº 247/2007, de 27 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 248/2012, de 21 de novembro, prevê que, nos Municípios em que se justifique, os corpos de Bombeiros Voluntários ou mistos detidos pelas Associações Humanitárias de Bombeiros podem dispor de equipas de intervenção permanente (EIP), cuja composição e funcionamento é definida pela Portaria nº 1358/2007, de 15 de outubro, com as alterações introduzidas pela Portaria nº 75/2011, de 15 de fevereiro; -----

----- Considerando que a Portaria nº 1358/2007, de 15 de outubro, alterada pela Portaria nº 75/2011, de 15 de fevereiro, dispõe que as condições de contratação e funcionamento da EIP são estabelecidas em protocolo a subscrever entre a ANEPC, a respetiva Câmara Municipal e a Associação Humanitária de Bombeiros; -----

----- Considerando que em 4 de abril de 2019 foi celebrado Protocolo de Condições de Contratação e Funcionamento das Equipas de Intervenção Permanente entre as entidades referidas, devidamente homologado pelo Exmo. Senhor Ministro da Administração Interna; -----

----- Considerando que as condições de contratação e funcionamento das EIP, elencadas no referido Protocolo, definem que cabe ao Município comparticipar em 50% nos custos decorrentes da remuneração dos elementos da EIP, atribuindo à AHBV de Santa Marta de Penaguião, mensalmente e a título de subsídio, por cada elemento contratado, o respetivo valor, bem como demais encargos relativos ao regime de segurança social e seguros de acidentes de trabalho; ----

----- Pelo exposto, deixa-se à consideração de Vª Exª a presente proposta no sentido de se submeter ao Executivo Municipal para deliberar: -----

----- a) Ratificar o Protocolo de Condições de Contratação e Funcionamento das Equipas de Intervenção Permanente celebrado entre a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, o Município de Santa Marta de Penaguião e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários



de Santa Marta de Penaguião em 4 de abril de 2019, ao abrigo das alíneas r) e aaa) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, ratificar o Protocolo de Condições de Contratação e Funcionamento das Equipas de Intervenção Permanente, nos termos da informação.** -----

**DIVISÃO ADMINISTRATIVA,
FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS**

**Delegação de Competências – Informação do Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado**

----- 3 – Presente à reunião informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- "Em cumprimento do n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, levo ao conhecimento do Executivo Municipal as declarações por mim proferidas ao abrigo das competências delegadas pela Câmara Municipal, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do referido diploma, no mês de julho de 2019." -----

----- Alterações Orçamentais efetuadas no período de 01 a 31 de julho de 2019. -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----



Tesouraria

**Resumo dos Fluxos de Caixa do dia
12 de julho a 01 de agosto de 2019**

----- 4 – Presente à reunião para conhecimento o Resumo dos Fluxos de Caixa de 12 de julho de 01 agosto de 2019, o qual apresenta os seguintes valores: -----

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA			Data:	01/08/2019
Recebimentos			Pagamentos	
Saldo do dia anterior:		161 040,49	Despesas Orçamentais	4 188 467,96
Execução orçamental	60 700,75		Correntes	3 571 738,76
Operações de tesouraria	100 339,74		Capital	616 729,20
Receitas Orçamentais		4 232 887,24	Operações de tesouraria	260 569,30
Correntes	3 809 342,24		Saldo para o dia seguinte:	209 847,18
Capital	423 545,00		Execução orçamental	105 120,03
Operações de tesouraria		264 956,71	Operações de tesouraria	104 727,15
Total		4 658 884,44	Total	4 658 884,44

----- Deliberação: Tomar conhecimento. -----

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

**Delegação de Competências – Informação do
Senhor Vereador em Regime a Tempo Inteiro,
José Manuel Moreira Lopes**

----- 5 – Presente à reunião informação do Senhor Vereador em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes, com o seguinte teor: -----

----- “No uso das competências que me foram delegadas, nos termos do n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, levo ao conhecimento do Executivo Municipal as decisões proferidas ao abrigo do disposto na alínea y) do n.º 1 do artigo 33.º, do mesmo diploma, referentes às obras particulares aprovadas durante o mês de julho de 2019 que constam do mapa anexo à presente ata e da qual faz parte integrante.” -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

Caminho Português Interior de Santiago – Constituição de Agrupamento de Entidades Adjudicantes para Contratação das Ações Comuns no Âmbito da Candidatura “Valorização dos Caminhos de Santiago”

----- 6 – Presente à reunião informação da Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

----- “I – Enquadramento -----

----- Analisada a viabilidade da concretização de aquisições em conjunto, por parte dos municípios que apresentaram uma candidatura para Valorização dos Caminhos de Santiago – Caminho Português Interior de Santiago, aprovada no âmbito da Linha de Apoio à Valorização Turística do Interior, relativamente ao Concurso Público para a contratação de “Prestação de serviços de comunicação e marketing do Caminho Português Interior de Santiago”. -----

----- Verificada a possibilidade estatuída no artigo 39.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação mais atual, de constituir um agrupamento de entidades adjudicantes, agregando os Municípios de Castro Daire, Chaves, Lamego, Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião, Vila Real, Vila Pouca de Aguiar e Viseu com vista ao procedimento de formação de um contrato de “Prestação de serviços de comunicação e marketing do Caminho Português Interior de Santiago”. -----

----- Sendo necessário nomear um representante do Agrupamento de Entidades Adjudicantes. ---
Considerando ainda que importa aprovar um regulamento de funcionamento do Agrupamento de Entidades Adjudicantes. -----



----- II – Proposta em Sentido Estrito -----

----- Em face do exposto, tenho a honra de propor, que a Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião delibere: -----

1. Sobre a integração do Município de Santa Marta de Penaguião no agrupamento de entidades adjudicantes, conforme exposto; -----
2. Autorizar que, constituído o Agrupamento, este nomeie o Município de Vila Pouca de Aguiar como mandatário e que lhe sejam delegadas as competências necessárias para promover e praticar todos os atos e procedimentos necessários com vista ao lançamento do concurso – nomeadamente a elaboração das peças concursais e publicação de anúncio – prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados, corrigir os erros e colmatar as omissões apontadas ao caderno de encargos, receber e analisar as propostas. -----
3. Aprovar o texto e conteúdo do Protocolo para Constituição de Agrupamento de Entidades Adjudicantes, aqui junto, em minuta." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, nos termos da informação dos Serviços Técnicos.** -----

**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO,
AÇÃO SOCIAL E TURISMO
Serviços da Educação**

Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC)

**2019/2020 – Aprovação da Minuta do Protocolo
a Celebrar entre o Município e o Agrupamento
de Escolas de Santa Marta de Penaguião**

----- 7 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- “O Município de Santa Marta de Penaguião, no âmbito do desenvolvimento das atividades complementares de ação educativa no 1.º ciclo do ensino básico, assumiu com o Ministério da



Educação a implementação das Atividades de Enriquecimento Curricular, por força da assinatura com aquele Ministério do contrato de transferência de competências em matéria de educação ao abrigo do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho e suas posteriores alterações. -----

----- De acordo com a Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto que define as regras a observar no funcionamento e na oferta das atividades de enriquecimento curricular (AEC), refere no seu art.º 15.º que em caso da entidade promotora das AEC ser uma das entidades referidas nas alíneas b), c) e d) do art.º 13.º (autarquias locais, associações de pais e de encarregados de educação ou instituições particulares de solidariedade social), *"estabelece um protocolo de colaboração, de acordo com a minuta disponibilizada pela Direcção-Geral dos Estabelecimentos Escolares"* (DGEstE), com os respetivos agrupamentos de escolas, onde se identifiquem: -----

- i) As atividades de enriquecimento curricular; -----
- ii) A duração semanal de cada atividade; -----
- iii) O local ou locais de funcionamento de cada atividade; -----
- iv) As responsabilidades e competências de cada uma das partes; -----
- v) Número de alunos em cada atividade: e -----
- vi) Os recursos humanos necessários ao funcionamento das AEC. -----

----- Por outro lado, a duração das atividades, ou seja, os domínios de oferta das AEC e respetivas durações diária e semanal foram fixadas pelo Conselho Geral do Agrupamento de Escolas, após auscultação do Município, ao abrigo da competência que lhe está atribuída pelo art.º 10.º da referida Portaria. -----

----- Face ao referido, propõe-se ao Executivo Municipal que delibere aprovar a minuta do protocolo a celebrar entre Agrupamento e o Município, anexo à presente proposta e da qual faz parte integrante." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a minuta do Protocolo de Colaboração a celebrar entre o Município e o Agrupamento de Escolas de Santa Marta de Penaguião.** -----

Serviço do Desporto

Associação de Caça e Pesca de Santa Marta de Penaguião – Atribuição de Subsídio

----- 8 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----
----- “No decorrer do ano de 2019, a Associação de Caça e Pesca de Santa Marta de Penaguião tem promovido várias iniciativas que visam o convívio entre caçadores do concelho e não só. -----
----- Tem vindo a fazer de Santa Marta de Penaguião um ponto de referência a nível da caça, montaria e da gastronomia que daí advém. -----
----- Desta feita, e dado ser uma associação que “sobrevive” de apoios, a mesma requereu ao executivo municipal uma comparticipação financeira, por forma a fazer face a algumas despesas de logística, nomeadamente as resultantes da participação na semana cultural. -----
----- Proponho, por isso, uma comparticipação financeira para ajudar a fazer face a tais despesas.” -
----- Os serviços de contabilidade informaram que a despesa tem cabimento orçamental registado sob o n.º 980. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir um subsídio no valor de 250,00€ (duzentos e cinquenta euros).** -----

Serviço de Ação Social

Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fontes – Defesa da Floresta Contra Incêndios – Vigilância Motorizada – Pedido de Comparticipação Financeira

----- 9 – Presente à reunião ofício da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fontes, registado sob o n.º 1657, de 26 de julho do corrente ano, com o seguinte teor: -----



----- “O período tido como mais crítico no que concerne aos incêndios rurais, denominado este por – Reforçado – Nível IV – teve início a 1 de julho e decorrerá até 30 de Setembro. -----

----- A vigilância motorizada é considerada no Plano Operacional Municipal (POM), como mais um meio de sensibilização, de pedagogia, de alerta e de aviso das populações, principalmente as localizadas na interface urbano-florestal e, desta forma, contribuir para a desejável diminuição de ocorrências relativas a incêndios rurais. -----

----- Com o apoio da Câmara Municipal, tem nos últimos anos, o Corpo de Bombeiros Voluntários de Fontes, com os dois veículos motorizados que possui, feito a prevenção e vigilância das zonas mais críticas de povoamento florestal, bem como a sensibilização das populações. -----

----- Tem-se verificado em anos transatos que esta vigilância é por vezes uma primeira intervenção, um primeiro alerta, mas também um meio dissuasor, evitando assim, situações que poderiam ser perigosas. -----

----- Dado o histórico das ocorrências no concelho, se situarem mais na 2ª quinzena de agosto e no mês de setembro, venho por este meio solicitar, tal como em anos transatos a ajuda financeira do município para a sua realização, que se estima para combustível, manutenção de equipamento e turnos de vigilância em horas fora do funcionamento da EIP em 1500.00 €.” -----

----- Os serviços de contabilidade informaram que a despesa tem cabimento orçamental registado sob o n.º 979. -----

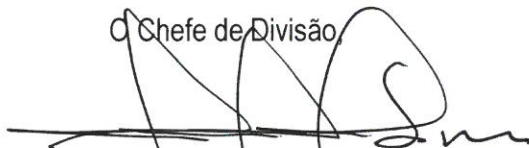
----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir um subsídio no valor de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros).** -----

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião


----- 10 – E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 11:45 horas. -----

O Chefe de Divisão,



(António Augusto Amaral Sequeira, Dr.)

O Presidente Câmara,



(Luís Reguengo Machado, Dr.)